



MILITARIZAÇÃO DO DÓLAR: A BUSCA POR UMA ORDEM FINANCEIRA MULTIPOLAR

WEAPONIZATION OF THE DOLLAR: THE QUEST FOR A MULTIPOLAR FINANCIAL ORDER

DOI: 10.5281/zenodo.21830165



Lívia Adriana Costa Estevam da Silva¹
Alexis Toríbio Dantas²

RESUMO

Este artigo tem como objetivo investigar o fenômeno da militarização do dólar, definindo o uso da moeda hegemônica como instrumento de coerção e pressão geopolítica. A pesquisa analisa as estratégias adotadas por outras potências, especialmente as emergentes, na busca por uma ordem financeira multipolar, destacando a construção de mecanismos alternativos voltados à redução da dependência monetária e a mitigação dos riscos associados a sanções e retaliações econômicas. Assim, operam bloqueando o acesso a sistemas de pagamento, como o SWIFT (Society for Worldwide Interbank Financial Telecommunication), e ao mercado de capitais dos EUA; bancos internacionais fiscalizam as transações sob pena de perderem o acesso ao mercado global e sofrerem danos à sua reputação. Todavia, a utilização do dólar como arma geopolítica acelerou a busca por novas alternativas. Potências rivais, especialmente a China e a Rússia, intensificaram as iniciativas de desdolarização, criando sistemas de pagamento alternativos, como o CIPS da China e o SPFS da Rússia. As principais conclusões encontradas foram: (a) a cooperação BRICS+ pode exercer um papel fundamental em fomentar políticas monetárias que possuam mais liquidez com o objetivo de ampliar a estabilidade econômica. Isso porque nos tempos de crise o dólar ainda se apresenta como uma fuga segura para muitos países.; (b) o alcance dessa possível ordem monetária multipolar efetiva ainda encontra entraves importantes, pois a liquidez global do dólar e o vasto mercado de títulos dos EUA continuam a garantir a hegemonia do dólar americano mesmo em uma nova ordem multipolar.

Palavras-chave: Militarização do dólar; Geopolítica; BRICS+; Desdolarização.

1 Mestranda em Economia pela UERJ (PPGCE/FCE). E-mail: liviaaces0@gmail.com.

2 Doutor em Economia pelo IE/UFRJ. Professor Titular da Faculdade de Ciências Econômicas da Universidade do Estado do Rio de Janeiro (FCE-UERJ). E-mail: alexis.dantas@gmail.com.





ABSTRACT

This article aims to investigate the phenomenon of the weaponization of the dollar, defining the use of the hegemonic currency as an instrument of coercion and geopolitical pressure. The research analyzes the strategies adopted by other powers, especially emerging ones, in pursuit of a multipolar financial order, highlighting the development of alternative mechanisms aimed at reducing monetary dependence and mitigating risks associated with economic sanctions and retaliation. Thus, these measures operate by blocking access to payment systems, such as SWIFT (Society for Worldwide Interbank Financial Telecommunication), and the U.S. capital markets; international banks are compelled to monitor transactions under the penalty of losing access to the global market and suffering reputational damage. However, the use of the dollar as a geopolitical weapon has accelerated the search for new alternatives. Rival powers, particularly China and Russia, have intensified dedollarization initiatives by creating alternative payment systems, such as China's CIPS and Russia's SPFS. The main findings were: (a) BRICS+ cooperation can play a key role in fostering monetary policies with greater liquidity to enhance economic stability, as the dollar remains a safe haven for many countries during times of crisis; (b) the achievement of an effective multipolar monetary order still faces significant obstacles, as the dollar's global liquidity and the vast U.S. Treasury market continue to ensure the hegemony of the U.S. dollar, even within a new multipolar order.

Keywords: Weaponization of the dollar; Geopolitics; BRICS+; Dedollarization.

INTRODUÇÃO

Este artigo tem como objetivo principal investigar o fenômeno da *Militarização do Dólar*, definindo o uso da moeda hegemônica como instrumento de coerção e pressão geopolítica. A pesquisa analisa as estratégias adotadas por outras potências, sobretudo as emergentes, na busca por uma ordem financeira multipolar, destacando a construção de mecanismos alternativos voltados à redução da dependência monetária e à mitigação de riscos associados a sanções e retaliações econômicas.

A retomada da hegemonia norte-americana no final da década de 1970 não foi um resultado espontâneo ou natural dos mercados, mas o efeito de uma política deliberada, a chamada *diplomacia do dólar* (Tavares e Melin, 1997). Ao manipular as taxas de juros e a liquidez global, o *Federal Reserve* (Fed)³ determina uma disciplina monetária a todos os países, com exceção dos Estados Unidos, o emissor da moeda hegemônica, que desfrutam de uma autonomia própria. Assim, o dólar certifica aos EUA um *poder de monopólio* sobre o

³ “O *Federal Reserve* é o banco central dos EUA, criado pela Lei do Federal Reserve de 1913 para estabelecer um sistema monetário capaz de responder eficazmente às tensões no sistema bancário.”





meio de pagamento internacional, permitindo funcionar sem as restrições que asfixiam outras economias (Torres Filho, 2019).

No século XXI, essa natureza da política monetária deu origem à *militarização do dólar*, conceituada, também, como a “bomba dólar”. Este artefato não depende de explosivos físicos, mas da capacidade institucional e geopolítica dos EUA de excluir seus inimigos do sistema financeiro global (Torres Filho, 2019).

Desse modo, operam fazendo uso de bloqueio do acesso ao sistema de pagamentos, como o SWIFT (*Society for Worldwide Interbank Financial Telecommunication*), ao mercado de capitais norte-americano, bancos internacionais policiam as transações sob a pena de perderem acesso ao mercado global e sofrerem danos reputacionais (Torres Filho, 2019). O sistema atual opera como um sistema de tributação global baseado no dólar e um sistema de extorsão, em que o endividamento excessivo dos EUA não é sinal de crise, mas de força, permitindo, assim, financiar seus déficits e sua expansão militar global com a poupança do resto do mundo (Metri, 2020).

Todavia, o uso do dólar como arma geopolítica tem acelerado a busca por novas alternativas. As potências consideradas rivais, especialmente China e Rússia, têm intensificado iniciativas de desdolarização, com a criação de sistemas de pagamentos alternativos como o CIPS chinês e o SPFS russo (Metri, 2020).

No entanto, a arquitetura financeira global permanece amplamente dependente da moeda americana. Isso porque o sistema é hierárquico com predomínio persistente do dólar americano, controlando os mercados financeiros globais, submetidos à lógica da moeda hegemônica (Tavares e Melin, 1997). Metri (2020) pontua que, embora o uso de moedas nacionais em trocas no comércio bilateral tenha evoluído, isso não modifica os pilares da hierarquia monetária centralizada no dólar.

É importante ressaltar que a percepção da vulnerabilidade sistêmica impulsionou nações a buscarem alternativas técnicas para superar esses impasses, partindo da dependência política para a meta de construção de infraestruturas soberanas, tema da segunda seção. A





seguir, na terceira seção, destacam-se as respostas a essa militarização das finanças pela busca por autonomia monetária levada a cabo, especialmente, pelos países do Sul Global.

A última seção, finalmente, ocupa-se de comentários finais e principais conclusões levantadas no artigo.

2. MILITARIZAÇÃO DAS FINANÇAS

A militarização das finanças surge desafiando a premissa que a globalização financeira é um resultado direto dos avanços tecnológicos e as forças de mercado, defendendo que a economia internacional é, principalmente, uma construção política. Nessa ótica, ferramentas técnicas como o sistema SWIFT e a gestão de reservas internacionais exibem os mecanismos de exercício de poder militar acerca do dólar e fontes de risco sistêmico.

O SWIFT baseia-se no sistema de mensageria que permite a comunicação segura de ordens de transferência entre bancos de todo o mundo, ou seja, não é o transporte numérico, caracteriza-se pelo envio das informações necessárias para que o crédito seja validado. Todavia, os mercados financeiros internacionais operam de acordo com uma estrutura institucional determinada pelo poder e pelas políticas do Estado dominante. É nesta perspectiva que o controle sobre o SWIFT é para além de uma questão técnica, se estendendo para um mecanismo de “poder estrutural” das potências hegemônicas. Isso porque quem comanda o sistema de mensagens define a capacidade de um país de participar da economia mundial e, atualmente, os Estados Unidos são os responsáveis pelo controle do sistema. Por isso, a exclusão de um país desse sistema simboliza a extinção da própria autonomia financeira, utilizando uma ferramenta de eficiência como um instrumento de coerção política (Helleiner, 1994).

As reservas internacionais – maior parte denominada em títulos de dívida e ativos financeiros custodiados em bancos centrais estrangeiros – apontam outra vulnerabilidade aos países não hegemônicos, capaz de gerar uma dependência profunda. Quando as reservas internacionais são congeladas, como ocorreu com a Rússia em 2022, há uma interrupção de





acesso aos títulos. Logo, o país proprietário das reservas fica incapacitado de utilizar sua própria riqueza, pois os custodiantes dos ativos e os sistemas de liquidação ficam sob a jurisdição de potências rivais (Gilpin, 2001). Por isso, a integração dos mercados financeiros mundiais sob a liderança de um *hegemon* provoca um “sistema de cooperação mútua” entre aliados, à medida que cria um risco sistêmico aos países não aliados incondicionais dos Estados Unidos, especialmente os países do Sul Global.

A moeda é, portanto, intrinsecamente política e indissociável do poder estatal. A retomada da hegemonia norte-americana, nesse sentido, foi além de um fenômeno de mercado, mas resultado de uma estratégia política deliberada. A moeda hegemônica permite ao Estado emissor exercer uma senhoriagem financeira, em que tem a capacidade de definir as diretrizes para os demais através do manejo de sua própria moeda e taxa de juros (Fiori, 2000). Assim, a moeda é um enorme instrumento de dominação que hierarquiza as relações internacionais, em que o poder de emitir a moeda de reserva global confere ao emissor uma liberdade de ação negada aos outros países.

Desse modo, os mecanismos dos Estados Unidos permitem consumir mais do que arrecadam, isso porque o restante do mundo financia seus déficits, configurando o chamado *privilégio exorbitante* através de um ciclo dólar-armas. Na década de 1980, com a desregulação financeira e a instabilidade global, a dívida pública norte-americana consolidou-se como o “título de segurança máxima do sistema” (Fiori, 2000). Para defenderem suas riquezas em meio às incertezas, investidores e governos de todo o mundo compram títulos do Tesouro dos EUA. Essa demanda global permite uma ampla transferência de renda e de capitais do resto do mundo para os Estados Unidos, possibilitando que os EUA financiem seus déficits fiscais e comerciais sem sofrerem as restrições que quebrariam qualquer outra economia (Fiori, 2000).

Portanto, esses recursos captados globalmente financiam o déficit de transação corrente e, principalmente, sustentam o aparato militar norte-americano. Vale destacar que a hegemonia foi retomada através de dois movimentos simultâneos, sendo a “diplomacia do dólar forte” somada à “diplomacia das armas”. O poder militar incontestável dos EUA





legítima o ciclo existente, com o mundo financiando as armas americanas ao comprar títulos da dívida. Essas armas garantem, dessa forma, a soberania absoluta dos EUA - essa soberania certifica que o dólar permaneça sendo a moeda dominante (Fiori, 2000).

Ademais, os movimentos geopolíticos dos EUA vão na direção de aplicar sanções a países que podem desafiar essa ordem de poder. No caso de Cuba, o embargo econômico, comercial e financeiro imposto desde a década de 1960, em resposta à Revolução Cubana, é o exemplo mais emblemático e duradouro dessa prática de retaliação norte-americana que se diferencia pelo seu caráter extraterritorial, estabelecido na Lei Helms-Burton e no controle dos sistemas de compensação do dólar (*clearing*). Logo, Washington proíbe o comércio direto e, também, projeta sua jurisdição sobre bancos e empresas estrangeiras que utilizam o sistema financeiro dos EUA. O poder de retaliação dos EUA reside na assimetria de poder financeiro, que torna obsoletas as tentativas de proteção de outros blocos econômicos. Assim, o caso cubano demonstra como a retaliação financeira norte-americana tem a capacidade de impor uma decisão política doméstica sobre todo o sistema de comércio internacional, anulando iniciativas de cooperação externa com a ilha latino-americana.

De outra forma, o caso da Venezuela expõe como as sanções e outras intervenções políticas aplicadas ao país constituem uma faceta moderna dessa estratégia, resultando no congelamento de ativos e em restrições abrangentes que efetivamente asfixiaram a indústria petrolífera venezuelana. Evidencia, portanto, como a centralidade da hegemonia do dólar estadunidense pode ser convertida em uma ferramenta de pressão política, transformando a interdependência econômica em uma vulnerabilidade estratégica para qualquer país e, por isso, ilustrando a necessidade de reduzir essa dependência monetária e ampliar os parceiros comerciais.

Na mesma direção, ao congelar aproximadamente US\$ 300 bilhões em ativos soberanos do Banco Central Russo, em 2022, e excluir bancos do sistema SWIFT, os EUA reafirmaram como o dólar é utilizado como um instrumento de coerção geopolítica. Essa ação não apenas buscou sufocar a economia russa, mas quebrar o dogma da imunidade soberana das reservas cambiais, revelando ao mundo que o acesso às próprias poupanças nacionais





depende do alinhamento político com Washington, impondo a desconexão de instituições russas da rede global de mensagens financeiras (SWIFT). O caso russo exhibe como a dependência do dólar submete uma vulnerabilidade estratégica que estremece a soberania econômica de países que desafiam essa ordem.

3. A BUSCA POR AUTONOMIA MONETÁRIA

A busca por autonomia monetária tornou-se incontestável, nesse contexto, para a sobrevivência da soberania nacional, sobretudo em um sistema que permite aos EUA o uso de mecanismos de coerção, fazendo da moeda uma arma geopolítica. Em outras palavras, o atual arcabouço financeiro global permite aos Estados Unidos a capacidade de isolar nações inteiras e desorganizar suas economias. Esse cenário de insegurança sistêmica, onde a interdependência econômica é convertida em vulnerabilidade, tem acelerado as iniciativas de desdolarização por parte de potências rivais e, principalmente, dos países emergentes, que visam conquistar sua independência política e a continuidade de suas trocas comerciais externas à margem da jurisdição norte-americana (Torres Filho e Pose, 2018).

Com a perspectiva de mitigar essa vulnerabilidade imposta pelos EUA, muitos países têm intensificado seus acordos comerciais utilizando as moedas locais ou estrangeiras para contornar o padrão dólar. A literatura aponta uma convergência de interesses entre nações como Rússia, China, Irã, Turquia, Índia e Venezuela para contestar a precificação de *commodities* estratégicas, como o petróleo, exclusivamente em dólar americano. A Rússia, por exemplo, ampliou os acordos bilaterais para negociações diferentes do dólar e reduziu parte significativa de suas reservas nessa moeda. O Irã, por sua vez, iniciou a exportação de petróleo para a China via Renminbi, e a Venezuela expôs o planejamento de abdicar do dólar em função do Euro ou de uma cesta de moedas em suas transações internacionais. A China, em compensação, tem liderado uma estratégia de internacionalização de sua moeda através de uma rede de acordos de *swaps* cambiais com diversos bancos centrais, a fim fornecer liquidez





para que seus aliados comerciais tenham a possibilidade de liquidar trocas diretamente em Renminbi (Metri, 2020).

Para além dos acordos comerciais, a estrutura de pagamentos internacionais se tornou um campo de disputa central, isso porque o controle norte-americano sobre o sistema SWIFT e o monitoramento de transações bancárias transformaram as instituições financeiras globais em vetores da política externa dos EUA. Por isso, a busca por sistemas alternativos e independentes que garantam a liquidação de pagamentos sem o risco de intervenção política. A China, em 2015, iniciou o Sistema de Pagamento Interbancário Transfronteiriço (CIPS), que atualmente conta com a participação de outros bancos internacionais e facilita a liquidação de operações comerciais diferentes do circuito do dólar (Martins, 2015). Ademais, o INSTEX, criado por países europeus com a finalidade de manter as relações comerciais com o Irã (contornando sanções) representa um desafio técnico e político para desenvolver canais financeiros autônomos. Todavia, podem reforçar uma tendência de fragmentação do sistema de pagamentos global, com consequências potencialmente negativas.

Iniciativas como essas ainda não são uma ameaça imediata à hegemonia do dólar, porém configuram uma estratégia defensiva de longo prazo capaz de criar obstáculos contra a política do atual sistema monetário (Torres Filho, 2019) (Metri, 2020) e (Torres Filho e Pose, 2018). No Quadro 1 é apresentado como o SWIFT, ainda que seja hegemônico, não é a única opção atual – e suas alternativas possuem propósitos políticos distintos.

Quadro 1 – Comparação técnica e geopolítica entre SWIFT, SPFS e CIPS

Critério	SWIFT	SPFS (Rússia)	CIPS (China)
Nome Completo	Society for Worldwide Interbank Financial Telecommunication	System for Transfer of Financial Messages	Cross-Border Interbank Payment System
Origem / Sede	Bélgica (1973)	Rússia (2014)	China (2015)





Função Principal	Mensageria Financeira apenas (não liquida fundos)	Mensageria Financeira (clone do SWIFT)	Liquidação e Mensageria (sistema misto)
Moeda Predominante	Multimoeda (Dólar ~47%, Euro ~23%)	Rublo (RUB)	Yuan/Renminbi (CNY)
Alcance Institucional	Mais de 11.000 instituições em mais de 200 países	~550 usuários (maioria na Rússia e países da CEI)	~1.500 participantes (diretos e indiretos) em mais de 100 países
Dependência Externa	Independente (mas segue leis da UE/EUA)	Totalmente independente para uso doméstico/aliados	Frequentemente ainda usa a rede SWIFT para mensagens globais
Vantagem	Onipresença e confiança global acumulada em 50 anos	Sobrevivência do sistema bancário russo sob sanções severas	Internacionalização do Yuan e rota de fuga do dólar (Iniciativa Cinturão e Rota)
Desvantagem	Usado como ferramenta de sanções políticas (Exclusão de Bancos)	Limitações técnicas (tamanho de mensagem e horário de funcionamento)	Possui baixa liquidez global comparada ao sistema CHIPS/SWIFT

Fonte: Elaborado pelos próprios autores (2025)

O Quadro 1 exibe três sistemas de infraestrutura financeira sob critérios distintos, permitindo visualizar o quão fragmentado é o sistema de pagamentos global. Em primeiro lugar, o SWIFT é apenas um sistema de mensageiro, com muitas instituições espalhadas pelo mundo e, sua moeda é predominantemente o dólar que acumula uma confiança mundial em 50 anos, entretanto, sua subordinação às leis dos EUA e EU torna uma ferramenta de sanções políticas. O SPFS desenvolvido em 2014 como resposta imediata às ameaças de sanções após a anexação da Crimeia e funciona como uma alternativa muito similar ao SWIFT. É um sistema limitado à Rússia e países aliados (CEI) e, por isso, tem a vantagem de ter uma independência para uso doméstico, permitindo que o sistema bancário russo não entre em colapso sob sanções totais, ainda que tenha limitações técnicas. Por fim, o CIPS exerce um papel diferente do SWIFT, sendo este um sistema misto que é a mensageria quanto a





liquidação de pagamentos. Centralizado no Yuan/Renminbi, é uma ferramenta fundamental para a internacionalização da moeda chinesa e uma “fuga” ao dólar através da Iniciativa Cinturão e Rota (*Belt and Road*). Mas, embora tenha baixa liquidez global quando comparada ao sistema ocidental (CHIPS/SWIFT) e, paradoxalmente, não é completamente independente da rede SWIFT.

Na mesma direção, a Declaração Oficial emitida na Cúpula do BRICS+ em 2025 concretiza a visão estratégica do bloco direcionada para a construção de uma nova arquitetura financeira global mais equilibrada e independente, baseada na redução da dependência do sistema monetário atual e na promoção de uma governança econômica multipolar. Assim, o papel estratégico do Novo Banco de Desenvolvimento está no centro dessa transformação, assumindo o compromisso de expandir sistematicamente o financiamento em moedas locais e apresentar múltiplas fontes de captação de recursos, fortalecendo a soberania financeira dos países do Sul Global. No cenário atual, além da atuação bancária, a cooperação avançou significativamente ao propor uma nova infraestrutura de pagamentos transfronteiriços, coordenada pela Força-Tarefa de Pagamentos do BRICS⁴, que visa uma interoperabilidade dos sistemas nacionais a fim de viabilizar transações com rapidez, de baixo custo e com segurança, que prescindam de intermediários ou filtros externos, sendo acompanhada por estudos sobre a formação de novas infraestruturas de liquidação e custódia independentes.

No documento, é exposto o campo da estabilidade e segurança financeira, em que o progresso do Arranjo Contingente de Reservas (ACR)⁵ representa um caminho fundamental, com a perspectiva de incluir moedas de pagamento elegíveis e o aperfeiçoamento da gestão de risco, para garantir que os países membros cooperem mutuamente em situações de crise sem depender do auxílio exclusivo do dólar ou de resgates via Fundo Monetário Internacional.

4 “A Força Tarefa em Sistemas de Pagamentos dos BRICS, funciona como plataforma para diálogo e troca de experiências e conhecimento entre especialistas de bancos centrais, focada em tópicos relacionados a sistemas de pagamentos, em especial na regulação de sistemas de pagamento e liquidação.” – <https://www.bcb.gov.br/acessoinformacao/brics>

5 “O Arranjo Contingente de Reservas (ACR) é uma plataforma de apoio financeiro mútuo, ao qual se pode recorrer na eventualidade de que algum membro do BRICS enfrente dificuldades em seu balanço de pagamentos.” – <https://brics.br/pt-br/sobre-o-brics/novo-banco-de-desenvolvimento-ndb>





Essa autonomia é estimulada pelo Mecanismo de Cooperação Interbancária, que centraliza a busca por alternativas de financiamento em moedas locais válidas e na construção de novas práticas financeiras entre os bancos nacionais. Além disso, outro eixo inovador apresentado na declaração é a iniciativa de estabelecimento da Bolsa de Grãos do BRICS, um meio de comercialização que visa assegurar a segurança alimentar, mas, também, autorizar que o comércio de *commodities* essenciais seja possibilitado de liquidar nas moedas locais dos próprios países produtores e consumidores – a finalidade, nesse caso, é combater a indexação automática e a vulnerabilidade aos mercados financeiros ocidentais.

Todavia, a estratégia de uma ordem multipolar implícita no documento caminha de acordo com a reivindicação por reformas significativas nas Instituições de Bretton Woods, especialmente por meio do realinhamento de cotas no FMI e da formação de um novo sistema de representação que pondere o crescente peso das economias emergentes no PIB mundial. Ademais, ao integrar bancos nacionais, as plataformas de comércio de mercadorias e sistemas de liquidação digital, o BRICS sublinha um novo percurso para que o uso de moedas locais se concretize como o pilar de uma nova arquitetura financeira internacional, em que a autonomia econômica e o desenvolvimento sustentável estejam seguros de flutuações cambiais externas e de pressões geopolíticas unilaterais.

4. CONCLUSÃO

A construção de alternativas ao sistema de dolarização das finanças internacionais está em andamento, com vários movimentos visíveis em todo o mundo, especialmente pelos países do Sul Global – China em destaque. Todavia, o panorama da nova arquitetura financeira global mantém-se ainda intrinsecamente relacionado ao poderio dos Estados Unidos, estruturando um sistema que permite que a moeda continue a ser uma ferramenta de coerção política dos Estados Unidos. O caminho para uma mudança é ainda longo, mas foi iniciado e sentido.





É nesse cenário que acentua uma disparidade na autonomia de grandes potências frente ao padrão dólar. No caso da Europa, por exemplo, constata-se uma crescente submissão geopolítica aos interesses norte-americanos. Isso porque a União Europeia tem consentido uma condição denominada como *vassala militar* e de *dominium* econômico dos EUA, priorizando assim os acordos comerciais assimétricos e o alinhamento estratégico em defesa e energia – o que prejudica sua própria soberania monetária (FIORI, 2025). Contudo, as limitações estruturais do Euro, evidenciadas após a crise de 2008, impossibilitaram que a moeda europeia se tornasse uma possível ameaça à hegemonia do dólar, preservando a Europa sob o guarda-chuva regulatório e político do *Federal Reserve* (MARTINS, 2015).

Dessa forma, percebe-se que a ascensão chinesa e o projeto de internacionalização do Renminbi ainda esbarram nos dilemas internos que limitam sua possibilidade de desafiar o *hegemon*. Por isso, o governo da China adota uma estratégia defensiva na internacionalização da moeda visando reduzir a dependência e a vulnerabilidade da moeda chinesa frente às instabilidades do Sistema Monetário Internacional no espaço possível para isso. Vale salientar que um dos principais entraves está na manutenção de controles de capital estritos – uma abertura prematura mais radical da conta financeira pode prejudicar o controle do Estado sobre variáveis macroeconômicas, como as taxas de juros e de câmbio, que pode enfraquecer a confiança dos investidores globais que visam plena conversibilidade (TORRES FILHO; POSE, 2018). Além disso, a China lidera o ranking de maior detentora de reservas internacionais em dólar, e uma desestabilização profunda da moeda americana poderia resultar em uma desvalorização direta e massiva do patrimônio chinês (MARTINS, 2015).

Dessa forma, percebe-se que as próprias crises reafirmam a resiliência da hegemonia do dólar. A busca por liquidez e segurança, ainda direciona investidores globais para os títulos da dívida pública estadunidense, considerados o “refúgio seguro” do sistema. Esse mecanismo garante que os EUA continuem com o poder de manipular a economia internacional de acordo com seus interesses, e mantendo o ciclo de dominação construído (MARTINS, 2015; TORRES FILHO; POSE, 2018).





Como é possível perceber, o sistema monetário internacional representa uma das principais armas geopolíticas dos Estados Unidos. Assim, a moeda tornou-se, assim, uma ferramenta de coerção política, ampliando a percepção de risco e aumento da vulnerabilidade dos países do Sul Global. Adicionalmente, o privilégio exorbitante somado ao ciclo dólar-armas certifica aos Estados Unidos a capacidade de financiar seus déficits e aparato militar com as reservas globais de outras nações. Todavia, o uso excessivo de sanções e o congelamento de reservas (como o caso da Rússia) impulsionaram a busca por novas alternativas ao dólar. Por isso, as iniciativas do BRICS+, definidas na Cúpula do BRICS+ de 2025, o BRICS Pay e a Bolsa de Grãos são exemplos explícitos de inovações técnicas que podem construir uma nova arquitetura financeira que contorne a jurisdição norte-americana.

Nesse contexto, a cooperação BRICS+ pode exercer um papel fundamental em fomentar políticas monetárias que possuam mais liquidez com o objetivo de ampliar a estabilidade econômica. Isso porque nos tempos de crise o dólar ainda se apresenta como uma fuga segura para muitos países. Desse modo, as potências emergentes devem seguir na busca de uma ordem financeira multipolar, ainda que consista como um projeto em constante disputa com a estrutura de poder acordada no pós-Bretton Woods.

Deve-se considerar, no entanto, que o alcance dessa possível ordem monetária multipolar efetiva ainda encontra entraves importantes, pois a liquidez global do dólar e o vasto mercado de títulos dos EUA continuam a garantir a hegemonia do dólar americano mesmo em uma nova ordem multipolar. Vale ressaltar, ademais, que a liquidez global do dólar, inclusive nos tempos de crise, aponta que a moeda hegemônica não sofrerá um colapso imediato. De todo modo, ocorre o início de um potencial processo de ruptura da hegemonia do dólar americano, expandindo o uso de meios de pagamentos alternativos no mundo, principalmente pelos países emergentes.

REFERÊNCIAS

BAHADUR, A. K. SWIFT vs CIPS e SPFS. Disponível em:
<https://asadkhanbahadur.substack.com/p/swift-vs-cips-and-spfs>. Junho de 2025.

Revista *OWL Journal*, Campina Grande - PB, v. 4 n. 8 (2026) - ISSN 2965-2634

A Revista *OWL Journal* está licenciada com uma Licença Creative Commons Atribuição (CC BY)





BRICS. Declaração do Rio de Janeiro: Fortalecendo a cooperação do Sul Global para uma governança mais inclusiva e sustentável. XVII Cúpula do BRICS. Rio de Janeiro, 6

Julho de 2025, 38 p. Disponível em:

https://www.gov.br/mre/pt-br/canais_atendimento/imprensa/notas-a-imprensa/declaracao-de-lideres-do-brics-2014-rio-de-janeiro-06-de-julho-de-2025. Acesso em: 29 dez. 2025.

FIORI, J. L. Brasil, Europa, China. Rio de Janeiro, 2025.

GILPIN, R. Global Political Economy: Understanding the International Economic Order. Princeton: Princeton University Press, 2001.

HELLEINER, E. States and the Reemergence of Global Finance: From Bretton Woods to the 1990s. Ithaca: Cornell University Press, 1994.

MARTINS, A. R. A. A hegemonia do dólar no sistema monetário e os desafios do renminbi em se tornar uma moeda internacional. Relações Internacionais (RIC), v. 2, n. 4, 2015.

METRI, M. M. Geopolítica e diplomacia monetária: o sistema dólar de tributação global e as iniciativas de desdolarização da economia internacional. Economia e Sociedade, Campinas, v. 29, n. 3 (70), p. 719-736, setembro-dezembro, 2020.

TAVARES, M. C. & MELIN, L. E. “Pós-escrito 1997: A reafirmação da hegemonia norte-americana”. Em M.C. TAVARES & J.L. FIORI, Poder e dinheiro: uma economia política da globalização. Petrópolis: Editora Vozes, 1997.

TORRES FILHO, E. T. A bomba dólar: paz, moeda e coerção. Instituto de Economia da UFRJ, Texto para Discussão 026, 2019.

TORRES FILHO, E. T.; POSE, M. A internacionalização da moeda chinesa: disputa hegemônica ou estratégia defensiva? Revista de Economia Contemporânea, v. 22, n. 1, p. 1-23, 2018.

Recebido em: 10/07/2026

Aprovado em: 21/07/2026

Publicado em: 06/08/2026

Revista *OWL Journal*, Campina Grande - PB, v. 4 n. 8 (2026) - ISSN 2965-2634

A Revista *OWL Journal* está licenciada com uma Licença Creative Commons Atribuição (CC BY)

